

1º de Maio – Dia do Trabalhador

Contra a individualização das relações laborais e o empobrecimento de quem trabalha

Pelo segundo ano consecutivo, devido à situação pandémica que atravessamos, o Dia do Trabalhador não será assinalado nos moldes tradicionais, com desfiles, manifestações e concentrações de trabalhadores.

Porém, apesar dos constrangimentos, esta é uma data que vale, sobretudo, pela reflexão que nos leva a fazer no que respeita às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses em geral, e da Administração Pública em particular.

Nesse sentido, o **SINTAP** traz para o debate público alguns dos assuntos que estão na ordem do dia e que não podem deixar de ser abordados, exigindo do Governo a tomada de medidas urgentes para a sua resolução, a começar, desde logo, **pela abertura de um novo processo de regularização de vínculos na Administração Pública, que, dignificando o trabalho, resolva a situação dos milhares de trabalhadores que se encontram em situações de precariedade laboral, incluindo a dos que foram contratados sob pretexto de combater a pandemia mas que, na realidade, preenchem necessidades permanentes dos serviços.**

No que respeita à transição digital na Administração Pública anunciada pelo Governo através do Plano de Estabilidade para 2021-2025, do Plano de Recuperação e Resiliência e das Grandes Opções do Plano para 2021-2023, **será essencial que se adote como prioritária a contratação e a negociação coletiva e que se faça um investimento considerável em vários campos, começando desde logo pela formação e qualificação dos trabalhadores da Administração Pública,** bem como na dotação dos serviços da Administração Pública dos meios necessários para que essa transição digital passe da fase em que é um mero objetivo formalizado em papel para uma realidade palpável e consequente no funcionamento e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

No que respeita ao teletrabalho, que deve ser sempre voluntário e reversível, admitindo que é um recurso que perdurará, o **SINTAP** considera, porém, que **é uma modalidade de prestação de trabalho que não pode ser encarada como um fim em si mesma, nem como uma poção mágica que resolve, de uma assentada, os novos e os velhos problemas dos trabalhadores,** sendo que a sua adoção generalizada veio colocar em evidência a necessidade de alteração da legislação que a regula, nomeadamente a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o Código do Trabalho e os acordos de carreiras, à luz da realidade que vivemos.

Muito em particular, e no que aos trabalhadores da Administração Pública diz respeito, **é essencial que o Governo dê o exemplo, fazendo o que está a ser exigido às empresas relativamente ao pagamento dos encargos extraordinários que os trabalhadores têm pelo facto de estarem em teletrabalho, nomeadamente com meios informáticos, eletricidade, acesso à Internet, comunicações móveis, etc.**

A negociação coletiva na Administração Pública é hoje escassa, carecendo de um impulso forte e decidido, que evite situações semelhantes às que estamos a vivenciar nas questões relacionadas (VSFF →)

com o teletrabalho, em que os trabalhadores são forçados a decidir, isoladamente, se aceitam o trabalho não presencial, num processo de crescente individualização e desregulamentação das relações de trabalho. Esta é uma situação que enfraquece os trabalhadores, desvaloriza os sindicatos e que contará com um combate firme e decidido por parte do SINTAP.

É assim fulcral avançar no âmbito da negociação coletiva no seio da Administração Pública, nomeadamente através do processo de negociação do Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho (SIADAP), **tendo como metas principais a redução da duração dos ciclos avaliativos de bianuais para anuais, a redução do tempo que cada trabalhador necessitará para progredir na sua carreira, eliminando o estigma sentido pela vasta maioria dos trabalhadores, que atualmente necessita de 10 anos para progredir na carreira, bem como a eliminação da injustiça representada pelo atual sistema de quotas.**

Por outro lado, qualquer **revisão do SIADAP não pode ser dissociada da revisão das carreiras e da tabela remuneratória única**, esperando que possa ser cumprido o calendário negocial avançado pelo Governo, no sentido de finalizar o processo negocial até ao final de 2021, **permitindo a sua entrada em vigor já em 2022**, sem ter de esperar pelo final do ciclo avaliativo em curso, que engloba os anos 2021 e 2022.

O **SINTAP** manifesta ainda a sua preocupação face às notícias que têm vindo a público no sentido de, com o pretexto da redução do défice e do alcance do equilíbrio orçamental, poderem ser recuperadas políticas de congelamento salarial dos trabalhadores da Administração Pública, que se cingem aos já previstos aumentos do salário mínimo nacional.

Não são aceitáveis e serão combatidas por todas as vias as medidas que apontem para que sejam os trabalhadores da Administração Pública os primeiros alvos de políticas economicistas que vejam a redução do défice como um fim em si mesmo.

Aliás, no momento que atravessamos atualmente, de combate à pandemia de SARS-CoV-2, em que é consensual na nossa sociedade, e reconhecido pelo próprio Governo, que os trabalhadores da Administração Pública, não obstante muitas vezes se confrontarem com a escassez de recursos, materiais e humanos, deram uma resposta de excelência em todos os setores de intervenção do Estado, não será compreensível a adoção de quaisquer políticas que, em vez de premiarem esse esforço acrescido, castiguem aqueles que contribuíram para que, em nenhum momento, fosse colocada em dúvida a capacidade de resposta dos serviços públicos.

Os cálculos aritméticos enviesados que recorrem às médias salariais e invocam um aumento da massa salarial na Administração Pública que todos sabemos que resulta, na sua grande maioria, do simples aumento do salário mínimo nacional, **para justificar eventuais medidas austeritárias e que mantêm uma política de baixos salários, não são intelectualmente sérios, não combatem as desigualdades, nem refletem uma realidade salarial na qual, cada vez mais, o salário médio é equivalente ao salário mínimo, fazendo com que hoje, ter trabalho não baste para evitar o empobrecimento.**

Neste Dia do Trabalhador, lutamos pela democratização e pela dignificação das relações de trabalho!

VIVA O 1º DE MAIO!
VIVAM OS TRABALHADORES!